

# Onde moram os pobres? Representações literárias das habitações populares (Rio de Janeiro, fins do XIX e inícios do XX) \*

## *Where do the poor live? Literary representations of slum dwellings (Rio de Janeiro, late 19th century and early 20th century)*

Magali Gouveia Engel

Doutora em História pelo Programa de Pós Graduação em História da UNICAMP  
Professora adjunto da UERJ

e-mail: magaligengel@gmail.com

### RESUMO:

As condições de vida das classes trabalhadoras, especialmente, o custo de vida, que incluía a precariedade das condições de moradia, foram um dos pontos prioritários da agenda de muitos intelectuais cariocas do período. As narrativas ficcionais e as crônicas, veiculadas em diversos periódicos que circularam no Rio no período da chamada Primeira República, constituíram espaços privilegiados para o debate em torno deste e de muitos outros problemas que marcaram o cotidiano dos habitantes da cidade. Proponho-me aqui a desenvolver uma breve reflexão em torno das visões sobre as habitações populares, expressas por escritores de significativa projeção no campo intelectual carioca da época, buscando, não apenas, identificar as diferentes percepções que revelaram neste sentido, mas também as contradições e ambiguidades de seus próprios olhares. A hipótese central da investigação é a de que tais percepções revelam diferentes compreensões sobre a realidade social da cidade e de seus habitantes pertencentes às classes trabalhadoras comprometidas com projetos políticos de modernização da capital republicana também distintos entre si. Entre os escritores selecionados figuram Coelho Netto, João do Rio, Lima Barreto, Benjamin Costallat, Aluísio de Azevedo e Orestes Barbosa.

**Palavras-chave:** habitações populares, intelectuais, cidade do Rio

### ABSTRACT:

*The living conditions of the working classes – especially the cost of living –, which included the precariousness of housing conditions, were one of the main priorities of the agenda of several of the period's carioca intellectuals. The fictional narratives and chronicles published in the many periodicals that circulated in Rio during the period known as the First Republic were privileged spaces for debate around this and many other problems present in the daily lives of the city's inhabitants. Here I propose to briefly reflect on the views regarding slum dwellings expressed by high profile writers of the carioca intellectual field of the time, seeking not only to identify the different perceptions revealed, but also the contradictions and ambiguities in their views. The hypothesis central to the investigation is that these perceptions reveal different understandings of the social reality of the city and of its working class inhabitants engaged in political projects of modernisation of the republic's capital, which also differed amongst each other. Among the writers selected are Coelho Netto, João do Rio, Lima Barreto, Benjamin Costallat, Aluísio de Azevedo and Orestes Barbosa.*

**Keywords:** *slum dwellings; intellectuals; city of Rio*

\* Este artigo é um dos resultados parciais da pesquisa "Os intelectuais, a cidade e a nação (Rio de Janeiro, 1870-1930)", contemplada com a bolsa Cientista do Nosso Estado da FAPER

O problema habitacional não era uma novidade quando a cidade do Rio de Janeiro passou de Corte à capital republicana no final do século XIX. Conforme assinalou Sidney Chalhoub, houve um aumento considerável de cortiços<sup>1</sup> na cidade a partir dos anos 1850/1860, em decorrência da ampliação “do fluxo de imigrantes portugueses”, do “crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos” e, ainda, das “situações nas quais os escravos obtinham autorização para ‘viver sobre si’” (Chalhoub, 1996:27).<sup>2</sup> Desde então, associados cada vez mais frequentemente à proliferação das epidemias de febre amarela e de cólera que assolavam a cidade, e vistos, ainda, como focos de desordem social, os cortiços ou estalagens passaram a ser alvo da crescente preocupação de administradores, autoridades policiais, médicos higienistas, engenheiros e políticos. Neste contexto, se desencadearam as primeiras discussões em torno da necessidade de regulamentação das habitações coletivas na Câmara Municipal que, contudo, não levariam a ações concretas até o advento da República.

Depois de instaurado o novo regime, em fins de 1889, a questão habitacional na capital republicana agravou-se radicalmente, não apenas em decorrência do crescimento populacional – para o qual contribuíram vários fatores, entre os quais o aumento significativo da imigração e a migração, sobretudo, de libertos provenientes de outras regiões do país –, mas também de uma política mais agressiva voltada para a destruição das habitações populares. Exemplo emblemático neste sentido foi a demolição de um dos cortiços mais famosos do Rio, o *Cabeça de Porco*, ocorrida em janeiro de 1893, durante a gestão do prefeito Barata Ribeiro, considerada como marco inaugural da proliferação das favelas na cidade do Rio. Mas o problema de moradia se tornaria ainda mais exacerbado, a partir das reformas urbanas implementadas pelas administrações de Rodrigues Alves – na esfera federal (1902-1906) – e de Pereira Passos – no âmbito municipal (1902-1906). A “era das demolições”, conforme expressão consagrada pelo historiador Oswaldo Porto Rocha (1986), destruiu grande parte dos cortiços, das casas de cômodos, das estalagens e das hospedarias, situadas nas regiões centrais da capital republicana, que abrigavam um número considerável de representantes das classes trabalhadoras. Mais tarde, as gestões dos prefeitos Paulo de Frontin (1919) e Carlos Sampaio (1920-1922) – não por acaso considerados legítimos sucessores de Pereira Passos – promoveram intervenções sobre o espaço urbano que agravariam ainda mais a questão habitacional.

As condições de vida das classes trabalhadoras, especialmente, o custo de vida, que incluía a precariedade das condições de moradia, foram um dos pontos prioritários da agenda de muitos intelectuais cariocas do período. As narrativas ficcionais (contos e romances) e, sobretudo, as crônicas – situadas nas fronteiras entre realidade e ficção – veiculadas em diversos periódicos que circularam no Rio de Janeiro no período da chamada Primeira República, constituíram espaços privilegiados para o debate em torno deste e de muitos outros problemas que marcaram o cotidiano dos habitantes da cidade. Proponho-me aqui a desenvolver uma breve reflexão em torno das visões sobre as habitações populares, expressas

por escritores de significativa projeção no campo intelectual carioca da época, buscando, não apenas, identificar as diferentes percepções que revelaram neste sentido, mas também as contradições e ambiguidades de seus próprios olhares. A hipótese central da investigação é a de que tais percepções revelam diferentes compreensões sobre a realidade social da cidade e de seus habitantes pertencentes às classes trabalhadoras comprometidas com projetos políticos de modernização da capital republicana também distintos entre si.

Entre os escritores selecionados figuram Coelho Netto,<sup>3</sup> João do Rio,<sup>4</sup> Lima Barreto,<sup>5</sup> Benjamin Costallat,<sup>6</sup> Aluísio de Azevedo<sup>7</sup> e Orestes Barbosa.<sup>8</sup> Pertencentes a gerações cronológicas distintas, estes intelectuais foram contemporâneos de um tempo profundamente marcado pelas transformações históricas que em suas mais diversas dimensões – sociais, econômicas, políticas e culturais – caracterizaram a sociedade brasileira a partir do último quartel do século XIX, cujos desdobramentos estenderam-se pelas três primeiras décadas do XX. Assim, atuaram como intelectuais<sup>9</sup> comprometidos com as tarefas de interpretar a realidade brasileira e de apontar os caminhos para o futuro do país. A partir do golpe militar de 15 de novembro de 1889, fracassado o projeto de transformar o Brasil em uma República dos Sábios, que muitos deles alimentaram atuando nos movimentos republicano e abolicionista, fizeram de suas penas instrumentos de militância, combatendo ou apoiando as ações dos poderes públicos. Em muitos momentos de suas narrativas, transformaram suas penas em pincéis e, através de olhares sensíveis, críticos, indignados, complacentes ou preconceituosos, esboçaram representações das habitações populares em cores e formas distintas entre si.

Cortiços, casas de cômodos, estalagens, hospedarias ou zungas eram termos empregados de modo fluido e impreciso para designar diversos tipos de moradias que abrigavam as classes trabalhadoras na cidade do Rio durante as primeiras décadas republicanas. À medida que as reformas urbanas agravavam a crise habitacional, proliferavam-se cada vez mais as habitações coletivas na capital republicana. Com base no relatório de Everardo Backheuser, apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, J.J. Seabra, em 1906, Sylvia Damazio (1996), ressalta que muitos dos antigos palacetes que haviam sido habitados por famílias fidalgas – alguns dos quais remontavam ao período colonial –, situados, por exemplo, nas ruas Camerino, Barão de São Félix, Visconde de Inhaúma, Riachuelo, entres outras situadas na região central da cidade, tinham os quartos subdivididos por toscas separações de madeira, transformando-se, assim, em casas de cômodo.

Em um tom carregado de lusofobia, Aluísio Azevedo escreve a crônica intitulada “Casas de Cômodos”, na qual o escritor faz uma crítica mordaz aos “donos” desse tipo de moradia que proliferavam na capital federal, onde havia “mais quem habite do que onde habitar”.

Quase sempre forasteiro, exercia antes um ofício na pátria que deixou para vir tentar fortuna no Brasil; mas percebendo que aqui a especulação velhaca produz muito mais do que o trabalho honesto, tratou logo de esconder as ferramentas do ofício e de fariscar os meios de, sem nada fazer, fazer dinheiro” (AZEVEDO, 1944:55).<sup>10</sup>

Segundo Aluísio Azevedo, tais indivíduos – comumente de origem portuguesa – alugavam casarões enormes, de dois ou três andares e sublocavam seus quartos, pouco maiores do que “uma sepultura”, a “uma interminável procissão de desamparados da sorte e de magros lutadores pela vida”, entre os quais,

... estudantes pobres, carteiros e praticantes do correio, repórteres de jornais efêmeros, moços de botequim, operários de todas as profissões, comparsas e figurantes de teatro, pianistas de contrato por noite, cantores de igreja, costureiras sem oficina, cigarreiros sem fábrica, barbeiros sem loja, tipógrafos, guarda-freios, limpa-trilhos, bandeiras de bondes, enfim toda essa gente, para quem se inventaram os postos mais ingratos na luta pela vida, os mais precários e os mais arriscados” (AZEVEDO, 1944:56).

Muitos acabavam não conseguindo pagar os alugueis eram expulsos ou fugiam deixando no “negro e frio castelo”, a sua parca mobília. Assim, os exploradores desse tipo de habitação passavam a cobrar mais caro pelos quartos, anunciados como “mobiados”.

Foi numa casa de cômodos, situada no Rio Comprido, que o jovem Isaías Caminha – protagonista do primeiro romance publicado de Lima Barreto –, passou a residir duas semanas após chegar à capital sonhando em dar continuidade aos estudos e conseguir uma boa colocação sob a proteção do deputado Dr. Castro (Barreto, 1984).

“Era longe; mas escolhera-a por ser barato o aluguel. Ficava a casa numa eminência, a cavaleiro da Rua Malvino Reis e, atualmente, os dois andares do antigo palacete que ela fora estavam divididos em duas ou três dezenas de quartos, onde moravam mais de cinquenta pessoas.

(...)

A casa pertencera talvez a um oficial de Marinha, um chefe de esquadra. Havia ainda no teto do salão principal um Netuno com todos os atributos. O salão estava dividido por meio por um tabique; os cavalos marinhos e uma parte da concha ficaram de um lado e o deus do outro, com um pedaço do tridente, cercado de tritões e nereidas.

Num cômodo (em alguns) moravam às vezes famílias inteiras e eu tive ali ocasião de observar de que maneira forte a miséria prende solidamente os homens.

De longe, parece que toda essa gente pobre, que vemos por aí, vive separada, afastada pelas nacionalidades ou pela cor; no palacete, todos se misturavam e se confundiam” (BARRETO, 1984:109).

Mesmo admitindo que os conflitos entre os moradores eram frequentes, o escritor enfatiza os laços de solidariedade que os uniam na difícil batalha cotidiana pela sobrevivência, conforme observou Rômulo Costa Mattos (2010). Admirava-se Lima Barreto como “essa gente” conseguia viver enfrentando a “fome”, a “moléstia” e a “civilização”, “tantos males”, “privações e dificuldades”: “Não sei que estranha tenacidade a leva a viver e por que essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável” (Barreto, 1984:110). Vale ressaltar nessa passagem que o autor explicita claramente a luta dos segmentos pobres da população da cidade contra a *civilização* tão clamada e glorificada por outros intelectuais

– tais como, Olavo Bilac e Coelho Netto –, denunciando de modo bastante perspicaz a dimensão excludente do projeto de modernização que vinha sendo implementado a partir das primeiras administrações republicanas.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* – publicado pela primeira vez sob a forma de folhetim no *Jornal do Commercio*, em 1911 – Lima Barreto menciona a existência de casas de cômodo também nos subúrbios. Mas aí as condições desse tipo de habitação eram muito piores, pois ao invés de palacetes antigos constituíam “casas que mal dariam para uma pequena família”, “divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a *fauna* menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino” (Barreto, 2001:320, grifo meu). A “gente que habita tais caixinhas” teria também um perfil distinto do que o escritor havia traçado para os moradores das casas de cômodo localizadas na área urbana e talvez, por isso, seja por ele identificada, de modo preconceituoso, como *fauna*. Tratava-se, segundo Lima Barreto daqueles que exerciam as “profissões mais tristes e mais inopinadas”:

Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequena e grande burguesias não podem adivinhar” (BARRETO, 2001:320).

Sem dúvida um perfil extremamente próximo ao esboçado por João do Rio para os que exerciam as “profissões da miséria” que revelavam o *outro lado* do progresso e da modernidade capitalistas, descritas na crônica “Pequenas profissões” – publicada, originalmente, na *Gazeta de Notícias* de 6 de agosto de 1904, com o título “Profissões exóticas”. Trapeiros, apanhadores, selistas, caçadores, ledoras de *buena dicha*, ratoeiros, apanhadores de papéis, de cavacos e de chumbo, marcadores ou tatuadores, enfim, “todos esses pobres seres vivos tristes” que “vivem do cisco”, “que apanham o inútil para viver”. “Inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza”, sobreviviam desempenhando atividades que constituíam “o progresso, a dor, a miséria da vasta Babel”, na qual se transformava a cidade do Rio (JOÃO DO RIO, 1987:24 e 27).

Conforme mencionei anteriormente, não havia uma definição precisa para a palavra cortiço, que podia ser empregada como sinônimo de estalagens ou casas de cômodos ou, ainda, se referir a construções específicas, como as descritas pelo Dr. Antônio Pimentel, em seu *Subsídios para o estudo da higiene no Rio de Janeiro*, publicado em 1890:

... quartos ou casinhas (como os chamam os moradores) dispostos em uma ou duas filas, havendo uma praça entremeada com uma fonte, um tanque e latrina comum. (...) As moradas, de mínimas dimensões, em alguns compõem-se de uma saleta, um ou dois pequenos quartos ou alcovas, cozinha com fogão de tijolos para uma ou duas panelas, – noutras nem há fogão, mas um simples fogareiro de ferro; e na

maioria dos cortiços, porém, faltam a saleta e o fogão de tijolos, e tudo se reduz ao quarto de porta e janela e uma recâmara sem ar, sem luz, úmida e doentia. (*Apud DAMAZIO, 1996:56*).

As habitações coletivas de um modo geral e os cortiços, em particular, foram objeto de grande preocupação de médicos e higienistas, já que eram apontados como focos privilegiados de doenças endêmicas e epidêmicas, bem como espaços da desordem social e moral, onde se confundiam trabalhadores, vagabundos e criminosos entre as tênues fronteiras que, aos olhos das autoridades públicas, tornavam as classes pobres indiferenciáveis das *classes perigosas*. Sob um olhar marcado pelas referências da ciência médica, tingidos pelas cores do naturalismo, os cortiços foram representados na obra clássica de Aluísio Azevedo, publicada, originalmente, também em 1890. O tom profundamente preconceituoso (ausente, aliás, da crônica sobre as casas de cômodo às quais nos referimos anteriormente), agravado pelo comprometimento com a *verdade científica*, não impede que possamos vislumbrar, através do romance, o cotidiano dos moradores do *Carapicus* – inspirado no *Cabeça de Porco* –, seus hábitos, seus valores, suas atividades de sobrevivência, as formas de lazer, os laços de solidariedade, as brigas e rixas entre eles próprios e as rivalidades com os habitantes do *Cabeças-de-Gato*.

Habitado por uma população bastante heterogênea, composta por operários, mascates, soldados, lavadeiras, capoeiras, entre outros, o cortiço de Aluísio Azevedo é descrito como um espaço onde coabitavam o *bem* e o *mal*, o operário e o vagabundo, a mãe de família e a prostituta. Personagens, cujos perfis e destinos eram inteiramente diversos, como a bela Rita Baiana, mulata faceira, sensual e independente; a desconsolada e triste Piedade de Jesus, portuguesa honesta, fiel e submissa; e, Pombinha, menina bonita de “boa família”, que enveredou para o mundo da prostituição, levada pelas mãos da madrinha Léonie, famosa cocote. Enfim, homens como Firmo, “mulato pachola”, “capadócio de marca, pernóstico, só de maçadas, e todo ele se quebrando nos seus movimentos de capoeira” (AZEVEDO, 1983:49). Ou como Jerônimo, imigrante português que, ao chegar ao cortiço *Carapicus* era o verdadeiro protótipo do *bom trabalhador*. Mas sob a influência perniciosa do *meio* e completamente subjugado pelos encantos irresistíveis da Rita Baiana, acabou incorporando a identidade e o estilo de vida de Firmo – “oficial torneiro, oficial perito e vadio: ganhava uma semana para gastar num dia” –, recusando-se, assim, a se submeter à rotina disciplinada dos trabalhadores que possuíam atividades regulares.

A definição dos cortiços como espaço da vadiagem e do crime, aparece também numa crônica de Coelho Netto, publicada no jornal carioca *O Paiz*, no dia 22 de janeiro de 1893:

Nesses cortiços, que formam dentro da cidade, pequenos departamentos sórdidos, de onde o vício emigra, onde prolifera a infâmia, onde o crime nasce, onde a inocência morre, a julgar pelo que vemos diariamente nas ruas – há uma grande escola de miséria, vive oculta, trabalhando clandestinamente na sombra e na lama, a alma perversa e ignóbil de Clopin Trouillefou (COELHO NETTO, 2002:185).<sup>11</sup>

Para o escritor, trata-se de um espaço da miséria, habitado exclusivamente por aqueles que já estariam irremediavelmente perdidos em termos sociais, econômicos e morais, para a sociedade, de onde toda manhã “saem para a peregrinação das ruas, todas as turmas de miseráveis”, “velhos cegos”, “aleijados”, “leprosos”, “velhas de sabá”, “moças em pleno vigor dos anos chorando por estarem grávidas”. Um espaço corrompido e corruptível, onde a esperança de um futuro promissor para a nação brasileira era cotidianamente destruída, já que, sem uma intervenção enérgica das autoridades públicas, as crianças ali nascidas jamais poderiam se transformar em cidadãos produtivos e patriotas:

Essas crianças crescem no pântano, educam-se na mendicidade, formam-se na promiscuidade do vício e do crime, acompanham com os olhos inocentes todas as abjeções do mundo e habitam-se por fim, dando mais tarde, quando os sexos se pronunciam – os grandes fornecimentos do prostíbulo e as grandes levas dos presídios (COELHO NETTO, 2002:185).

De uma perspectiva distinta, na imagem criada por Aluísio Azevedo, como vimos, o cortiço possui uma dimensão ambígua e contraditória, onde convivem trabalhadores e vadios, a honestidade e o crime. O cortiço é caracterizado pelo escritor naturalista como um meio deletério que, favorecendo a manifestação dos instintos selvagens da natureza humana, *pode* corromper, social e moralmente, os seus habitantes, cuja maioria, contudo, é vista como pertencente aos segmentos socioeconômicos explorados.

Uma diferença semelhante pode ser observada ao compararmos as descrições feitas por Coelho Netto e por João do Rio das chamadas casas de dormida ou hospedarias baratas. A casa que parecia um “túmulo de vivos”, abrigava, segundo o primeiro, “o rebotalho da sociedade”, “todas as moléstias da alma humana”, enfim, “o homem bêbado, a mulher gasta, a criança impura”:

À porta, o Aqueronte que dá passagem para o Letes imundo, recebe a moeda ganha com a miséria ou com o vício, desenrola as esteiras e volta ao seu posto.

Os sonolentos estiram-se vestidos como estão, bêbados e nauseabundos. Em torno, os que vieram mais cedo roncam, outros, com os olhos ainda abertos, meditam crimes – mãos negras procuram as carnes flácidas das *coureuses*, bocas vomitam o fermento da embriaguez, e nem uma voz para a criança que cerra as pálpebras no lodo, como uma rosa murchando ao cair na água lóbrega de um pântano.

Os vermes da imundice resvalam pelos corpos, bocejos soam como estertores, há pragas e maldições ... (Coelho Netto, 2002:166).<sup>12</sup>

Note-se, mais uma vez, que a imagem revela uma forte associação entre os frequentadores das casas de dormida, indivíduos extremamente pobres que não possuíam moradia fixa, com a degeneração e a morte. Homens, mulheres e crianças, completamente destituídos de moral, vivendo de expedientes nas fronteiras da ilegalidade, representavam uma chaga que ameaçava o futuro do Brasil como nação próspera e *civilizada*.

Convidado por um delegado a conhecer os “círculos infernais” que expressavam os aspectos mais “sórdidos” da cidade do Rio, João do Rio aceita viver a experiência, segundo ele próprio muito comum no mundo urbano e literário europeu,<sup>13</sup> visitando algumas hospedarias localizadas na Gamboa e na Cidade Nova. A descrição feita por João do Rio de uma zunga ou hospedaria barata, localizada no beco do Ferreiro, na crônica intitulada “Sono calmo” – publicada no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, em 10 de junho de 1904, com o título “Sono da miséria” –, é bastante intensa:

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil. (...) Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo.

(...) Havia ... mais um andar, mas quase não se podia chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, se estirava nos degraus, ... – mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a *canalha* com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava ... Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos (...) A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele *gado humano* trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao ceppo do *labor*, em que *empedra o cérebro* e rebenta os músculos.

(...) O dr. delegado teve uma última ideia – a visão de uma cena ainda mais cruel.

– Vamos ver os fundos!

Foi aí então que vimos o sofrer inconsciente e o último grau da miséria. O hospedeiro torpe dizia que por ali dormiam alguns de favor, mas pelo corredor estreito, em derredor da sentina, no trecho do quintal, cheio de trapos e de lama, nas lajes, os mendigos, faces escaveiradas e sujas, acordavam num clamor erguendo as mãos para o ar. E de tal forma a treva se ligava a esses *espectros da vida* que o quadro parecia formar um todo homogêneo e irreal.

– Tudo grátis aos desgraçadinhos, *sibilava* o homem musculoso.

Curvei-me, perto da latrina. Era uma velha embiocada num capuz preto.

– Quanto pagou v., minha velha?

– O que tinha, filho, o que tinha, dois tostões ... (JOÃO DO RIO, 1991:121-123, grifos meus).

O tom profundamente preconceituoso em muito se assemelha ao utilizado por Coelho Netto. Entretanto, é possível notar algumas diferenças importantes entre os dois discursos. Enquanto o olhar de Coelho Netto homogeneiza o mundo da miséria, João do Rio revela diferenças e, até mesmo hierarquias, que o caracterizavam. No que se refere a esse último



aspecto, menciona os diversos tipos de acomodações a que correspondiam diferentes preços. Mas todos pagavam, até mesmo os mendigos que, aliás, são objeto de comiseração, diferentemente de Coelho Netto que os desqualifica pela sua inutilidade para a sociedade. Na crônica de João do Rio, embora a promiscuidade apareça como uma das características das zungas, ela não é naturalizada como traço intrínseco à *natureza* das mulheres pobres, como nos escritos de Coelho Netto anteriormente citados.

Mais próxima da perspectiva de Aluísio de Azevedo, a descrição de João do Rio parece apreender o espaço observado como lugar de ambiguidades e contradições, onde a vadiagem e o crime coabitam com o trabalho e a exploração. Nem por isso seria um espaço menos *perigoso* para a sociedade, tanto em termos sociais e econômicos, quanto morais. Mas como a degradação da maioria dos seres humanos submetidos àquelas condições era produto da miséria e da exploração, e não de sua *natureza*, poderia haver, teoricamente, *salvação* ou *regeneração*, se tais condições fossem modificadas. Observe-se, nesse sentido, que o embrutecimento do cérebro (ou da inteligência) era visto pelo cronista como produto do trabalho braçal e, portanto, das condições de exploração às quais os operários eram submetidos. Entretanto, João do Rio não parece ter acreditado na possibilidade efetiva da transformação social e econômica que *redimiria* os trabalhadores braçais do embrutecimento intelectual e, nem mesmo, se manifestado claramente a seu favor.

Poucos anos depois, em mais uma de suas peregrinações pela cidade, João do Rio deparou-se com um grupo de seresteiros que o convidaram para conhecer o morro de Santo Antônio onde moravam. A partir das impressões colhidas nas andanças pelas ruelas do morro, localizado na região central da capital republicana, o cronista escreveu “A cidade do morro de Santo Antônio”, publicada, originalmente no jornal carioca *Gazeta de Notícias* do dia 3 de novembro de 1908,<sup>14</sup> na qual descortinava aos seus leitores uma “outra cidade”:

... percebi, então, que estava numa cidade dentro da grande cidade. Sim. É o fato. Como grande se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? O certo é que hoje há, talvez, mais de quinhentas casas e cerca de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá por cima. (...) Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de Flandres, taquaras. (...) Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da estrada do arraial de Canudos, ou a funambulesca ideia de um vasto galinheiro multiforme. (...) A cidade tem mulheres perdidas, inteiramente da gandaia. (...) Há casas de casais com união livre (...) Mas também há casas de famílias, com meninas decentes. (...) Pergunto a profissão de cada um. Quase todos são operários, ‘mas estão parados’. Eles devem descer à cidade, e arranjar algum cobre. As mulheres, de certo também, descem a apanhar fitas nas casas de móveis, amostra de café na praça, – troços por aí. E a vida lhes sorri e não querem mais e não almejam mais nada. (...) E quando de novo cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia iluminada, imaginei chegar de uma longa viagem a outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência

em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção imediata de um acampamento de indolência, livres de todas as leis (JOÃO DO RIO, “A cidade do morro de Santo Antônio”, *Gazeta de Notícias*, 3/11/1908)

Num tom mais próximo do utilizado por Coelho Netto em seus relatos sobre os cortiços e as casas de dormida, o morro é apresentado como um espaço do *não trabalho* que se configuraria mais como uma opção de quem lá vivia do que uma consequência de condições sociais, econômicas e políticas. Entretanto, para João do Rio, tal *opção*, apesar de “sórdida”, produzia felicidade. Perspectiva reforçada pela referência em vários outros trechos da crônica ao lado lúdico, alegre, autêntico da vida no morro, expresso, por exemplo, pelo som dos violões tocando modinhas e sambas. Por outro lado, não fica muito evidente se, para o autor, os operários que lá residiam estavam parados por opção ou por faltar emprego para eles. Além disso, observamos, mais uma vez, que o morro é descrito como um espaço de ambiguidades, onde convivem “mulheres perdidas, inteiramente da gandaia”, “casais com união livre”, “famílias” e “meninas decentes”.<sup>15</sup>

Tais hesitações não impediriam, contudo, que dois anos mais tarde, João do Rio sustentasse a necessidade do arrasamento do morro de Santo Antônio, num embate com a escritora Júlia Lopes de Almeida que defendia a sua preservação.<sup>16</sup> As ambiguidades que marcaram tão profundamente o olhar de João do Rio caracterizaram muitas das representações das favelas de fins do século XIX até os dias de hoje. Na crônica intitulada “A favela que eu vi”,<sup>17</sup> Benjamin Costallat revela uma visão contraditória na qual se confrontam os olhares “naturalista” e “romântico”. Num primeiro momento, o morro da Favela é apresentado como o “morro do crime”, onde,

Há bem pouco tempo, assaltava-se em pleno dia, na Ponte dos Amores. À noite, matava-se.

Hoje, tudo está melhor.

Mas ainda é perigosa, muito perigosa, a ponte de madeira, agasalhadora dos amores violentos dos malandros e das crioulas ...” (Costallat, 1995:33).

Entretanto, mais adiante o cronista redefine sua posição, criticando a visão corrente que caracterizava o morro como reduto do perigo:

“O maior perigo que eu encontrei na Favela foi o risco, a cada passo, de despencar-me de lá de cima pela pedreira ou pelo morro abaixo.

(...)

Os pequeninos casebres feitos de latas de querosene também suspendem-se no ar, por cima de verdadeiros abismos, num milagre de equilíbrio, mas também não caem.

Deus protege a Favela!...

E a Favela merece a proteção divina porque ela é alegre na sua miséria.

Aquela gente, que não tem nada, dá uma profunda lição de alegria àqueles que têm tudo. Sem higiene, sem conforto, naqueles pequeninos casebres fétidos e imundos, que se arriscam, a cada instante, a voar com o vento ou despencar-se lá de cima; aquela

população de homens valentes – estivadores, carvoeiros, embarcações – e de mulheres anemiadas e fracas, e de crianças mal alimentadas e em trapos, cria porcos, bebe cachaça, toca cavaquinho e canta!...

O dia inteiro, de dentro de um daqueles casebres feitos a lata de querosene, partem vozes dolentes de um violão ou os arrepios saltitantes de um cavaquinho.

À noite, tudo samba.

Apesar da miséria em que vive, toda a Favela, sambando, é feliz sob um céu salpicado e lindo de estrelas!...” (COSTALLAT, 1995:34-35).<sup>18</sup>

Se, por um lado, se trata indiscutivelmente da valorização dos habitantes da Favela, definidos de forma inequívoca como trabalhadores – “estivadores, carvoeiros, embarcações” – “homens valentes” que se sobrepõem às figuras dos “malandros que assaltam com a mesma facilidade com que se dá bom-dia” – por outro, há uma certa mistificação da situação de pobreza, de miséria e de exploração como se estas pudessem ser superadas ou vivenciadas de forma mais *amena* pela alegria inerente à cultura das classes trabalhadoras.

Um ano antes da publicação de *Mistérios do Rio*, de Benjamin Costallat, Orestes Barbosa publicava o seu famoso *Bambambã!*, no qual reunia várias de suas crônicas, entre as quais, “A Favela”, onde o morro da Favela era, mais uma vez, apresentado como *espaço do perigo*: “... labirinto das baiucas, esconderijos, sepulturas vazias e casinhas de portas falsas que formam toda a originalidade do bairro terrorista onde a polícia do 8º distrito não vai”(BARBOSA, 1993:111). A visão profundamente negativa se estende a outras regiões da cidade. Segundo o cronista, o “mundo criminal” se estendia por D. Clara, Madureira, Portugal Pequeno, Buraco Quente e Recreio das Paraguaiais (BARBOSA, 1993:114). Entretanto, tais lugares são contrapostos ao bairro de Botafogo que “toma ópio”, mas que “não oferece perigo, porque os bandidos não gostam de ópio e não vão lá ...” (BARBOSA, 1993:114). Para Orestes Barbosa, como para João do Rio, existiam duas cidades no Rio:

A Misteriosa é a que mais me encanta.

Eu gosto de vê-la e senti-la na luta contra a outra – a cidade que todos têm muito prazer em conhecer...

Tão viciado e tão perverso quanto a Favela, mas muito mais obtuso, Botafogo não entusiasma porque é postiço.

Na Favela o observador vê uma sociedade de espíritos excepcionais.

Talvez a miséria apure os sentidos.

(...)

Sem imunidades parlamentares, sem dinheiro para comprar juízes, promotores ou desembargadores da Corte de Apelação, a Favela mata sempre que é preciso matar.

(...) a Favela tem talento e humor de fazer inveja.

Cada vagabundo da rua é uma inteligência espontânea, criadora de frases que logo a cidade toda aceita e não sabe criar.

Da Favela e zonas congêneres saem a modinha e o samba ...” (BARBOSA, 1993:115).

Diferentemente de João do Rio, no confronto entre as duas cidades, Barbosa opta, sem vacilar, pela *cidade submersa* ou a *outra cidade*, não só pela sua autenticidade, comparada à artificialidade da cidade branca e burguesa, mas também pela sua criatividade expressa na “inteligência espontânea”, símbolo da identidade da própria cidade. Talento, humor, modinha e samba seriam expressões da criatividade da cultura dessa outra cidade que compreendia os morros e os subúrbios da capital republicana.

Bem diferente, contudo, seria a descrição de Lima Barreto das favelas dos subúrbios em seu clássico romance *Clara dos Anjos*:

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforo distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato.

Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo” (BARRETO, 2001a:691).

Se, tal representação não dá conta das possibilidades de contestação desses segmentos da população suburbana, por outro, revelam o lado trágico da realidade em que viviam extensos segmentos sociais da cidade.

Benjamin Costallat, Orestes Barbosa e Lima Barreto expressaram diferentes percepções das favelas do Rio. Em todas elas, contudo, era apreendida, de um modo ou de outro, as dimensões de uma realidade marcada pela violência, pela exploração e pela injustiça social. Dimensão completamente ausente na famosa pintura do Morro da Favela de Tarsila do Amaral (1924), na qual as cores e as formas dos barracos, das pessoas, dos animais e da vegetação, escondem a precariedade das condições de vida e as lutas dos moradores das favelas cariocas. Na cena, a pobreza, a miséria e as estratégias de resistência dos moradores do morro são apagadas, dando lugar a uma representação harmoniosa e romântica do seu cotidiano.

## Notas

1 - Sobre as controvérsias em torno da definição de cortiço que envolveram as autoridades públicas da cidade do Rio na segunda metade do século XIX veja-se Sidney Chalhoub (1996, p. 38 e segs).

2 - A permissão de “viver sobre si” podia ser concedida aos escravos por seus senhores e implicava a possibilidade de que pudessem morar longe da casa dos proprietários, sendo responsáveis pelo seu próprio sustento, o que representava a possibilidade de que levassem uma vida quase indiferenciada em relação aos segmentos livres. De acordo com Chalhoub a multiplicação da concessão das autorizações para “viver sobre si”, tornou-se “mais

um importante elemento desagregador da instituição da escravidão na Corte” (1996, p. 27).

3 - Henrique Maximiliano Coelho Netto (1864-1934) nasceu na cidade de Caxias no Maranhão. Era filho de Ana Silvestre, descendente de indígenas, e de Antônio da Fonseca, pequeno comerciante de origem portuguesa. Em 1870 passou a residir na Corte com seus pais. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas não concluiu o curso. Frequentou também as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, onde sofreu perseguições em função do seu engajamento nos movimentos abolicionista e republicano, terminando por abandonar o

curso. Enveredou pelos caminhos da literatura, do jornalismo e da política, tendo sido deputado federal pelo Maranhão, de 1909 a 1918. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras publicou mais de cem títulos – romances e contos –, destacando-se como um dos escritores mais lidos de sua época. Teve também intensa participação como cronista na imprensa.

4 - Filho do professor de matemática Alfredo Coelho Barreto e de Florência Cristóvão dos Santos Barreto – mulata, filha do médico Dr. Joaquim C. dos Santos –, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto (1881-1921) foi aluno do colégio do Mosteiro de São Bento e do Ginásio Nacional. Tornou-se um jornalista bastante conhecido – atuando na grande imprensa carioca – e um escritor de sucesso – tendo quase todos os seus livros publicados pela Garnier, a mais poderosa editora da época. A partir de janeiro de 1904 começou a assinar suas reportagens na *Gazeta de Notícias* com o pseudônimo “João do Rio” que terminou substituindo seu nome civil. Depois de duas tentativas infrutíferas conseguiu ingressar, em 1910, com apenas trinta anos, na Academia Brasileira de Letras. Sua expressiva produção abarca quase todos os gêneros (crônicas, contos, novelas, romances e peças teatrais), incluindo também a crítica (literária, teatral e de artes plásticas).

5 - Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) era filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e da professora primária Amália Augusta Barreto, ambos mestiços. Completados os primeiros estudos no Liceu de Niterói, Lima Barreto foi para o Colégio Pedro II. Em 1897, ingressou na Escola Politécnica de Engenharia, na qual, em 1902, iniciou a sua colaboração no periódico dos estudantes, *A Lanterna*. Após o enlouquecimento do pai e a quinta reprovação no curso de Mecânica, Lima Barreto abandonou a Escola de Engenharia, ingressando no funcionalismo público. Um dos mais importantes escritores brasileiros, fez de sua literatura um instrumento de transformação social, denunciando as desigualdades raciais e de classe que caracterizavam a sociedade em que viveu, bem como as arbitrariedades dos primeiros governos republicanos.

6 - enjamim Delgado de Carvalho Costallat (1897–1961) formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, mas fez carreira como jornalista e literato. Violinista amador tornou-se crítico musical do periódico *O Imparcial*. Foi também redator de dois importantes jornais da capital republicana, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil*. Sua produção literária tem início em 1919, com a publicação de uma coletânea de contos intitulada *A luz vermelha*. O primeiro romance de Benjamin Costallat, *Mlle. Cinema*, publicado em 1922, foi um verdadeiro sucesso de mercado, atingindo na 5ª edição a marca de 60.000 exemplares vendidos. Obteve grande sucesso editorial, chegando a publicar mais de trinta obras (reunindo crônicas, contos e romances) e, até mesmo, a fundar uma editora, a Costallat & Miccolis.

7 - Considerado o principal escritor brasileiro naturalista, Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo

(1857-1913) nasceu em São Luís no Maranhão da união de Emília Amália Pinto de Magalhães com vice-cônsul português, Davi Gonçalves de Azevedo. Depois de concluir o curso secundário na cidade natal, em 1876, veio, a chamado do irmão, Arthur Azevedo, para a corte, onde trabalhou como caricaturista em periódicos políticos e humorísticos. Voltou para São Luís em 1878, onde atuou na imprensa de oposição até 1881, quando decidiu retornar ao Rio. De 1882 a 1895 dedicou-se a escrever romances, contos, crônicas, revistas teatrais, operetas, num ritmo alucinante, garantindo a sua sobrevivência exclusivamente da atividade literária. Mesmo tendo sido bem sucedido e reconhecido como literato acabaria optando pela carreira diplomática, na qual ingressou, em 1895, após ter sido aprovado num concurso para cônsul. Exerceu o cargo em Vigo, em Nápoles, em Tóquio, vindo a falecer em Buenos Aires, em 21 de janeiro de 1913, aos cinquenta e cinco anos de idade. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

8 - Mais conhecido pelos célebres versos da canção “Chão de Estrelas”, Orestes Barbosa (1893-1966), além de poeta, assumiu todas as funções possíveis em jornais (revisor, secretário, cronista, editor, repórter de polícia e repórter político) e trabalhou em quase todos os diários da cidade do Rio. Filho do major de Brigada Militar Caetano Lourenço da Silveira Barbosa e de Maria Angélica Bragança Dias Barbosa, teve uma infância difícil em virtude da demissão do pai. Chegou a viver só, nas ruas da cidade, ainda menino. Sem escola aprendeu a ler com a ajuda de Clodoaldo Pereira de Moraes, pai de Vinícius de Moraes, nos cabeçalhos de jornais e nos letreiros de bondes. Apesar de ter ficado mais conhecido como letrista e poeta, Orestes Barbosa publicou em vida, ao todo, dez livros.

9 - Adoto aqui a concepção de Antonio Gramsci, segundo a qual, se todos os seres humanos são intelectuais, apenas alguns exercem a função de intelectuais na sociedade, ou seja, de organizadores da cultura ou de construtores da hegemonia ou contra hegemonia dos grupos sociais ou das frações de classe que representam. Deste modo, os intelectuais não podem ser concebidos como um grupo “acima das classes sociais”, atuando como árbitros neutros dos conflitos e disputas políticas (Gramsci, 2006, p. 18).

10 - A crônica foi publicada na coletânea *O touro negro* de 1938 depois da morte do escritor. Não há referência à data da sua publicação, nem ao periódico onde o texto teria sido veiculado originalmente. Aluísio de Azevedo escreveu também o romance intitulado *Casa de pensão*, publicado originalmente como folhetim, em 1883. O enredo gira em torno da vida de Amâncio e do convívio entre os moradores da casa de pensão de propriedade de Madame Brizard, onde residia o jovem estudante maranhense.

11 - Clopin Trouillefou é um dos personagens do famoso romance de Victor Hugo, *Notre Dame de Paris* (ou, como ficou mais conhecido, *O corcunda de Notre Dame*), publicado, originalmente, em 1831.

12 - Trata-se de uma crônica publicada no jornal *O Paiz*, em 17 de dezembro de 1892. De acordo com a mitologia grega, Aqueronte e Letes eram rios que banhavam o Inferno, domínio de Hades, deus das profundezas subterrâneas. Para atingir Hades, os mortos deveriam atravessar o Aqueronte na barca de Caronte.

13 - Nesse sentido, João do Rio refere-se às experiências de Oscar Wilde, Jean Lorrain e de muitos jornalistas franceses (JOÃO DO RIO, 1991:119).

14 - O mesmo texto foi publicado também em *Vida vertiginosa* (1911), com o título "Livres acampamentos da miséria".

15 - A diferenciação preconceituosa entre "casais com união livre", "famílias" e "meninas decentes" expressa o olhar do cronista. Como observou Martha Abreu, embora houvesse uma expectativa em torno do casamento oficial, os amasiamentos costumavam ser tão respeitadas quanto as uniões oficializadas pelos segmentos populares cariocas (Abreu Esteves, 1989).

16 - O cronista afirmava em artigo publicado na *Gazeta de Notícias*, em 20 de fevereiro de 1910, que

não via "beleza alguma numa bossa de terra, coberta de barracas de folha e sarrafo", cujo aspecto seria "vergonhoso e hostil aos olhos do estrangeiro". Ao traçar o perfil dos moradores do morro, desapareciam as pinceladas vacilantes, dando lugar a traços firmes que os caracterizavam como o que havia "de sórdido, de torpe e infame: assassinos conhecidos, marafonas, desordeiros, vagabundo", uma "população" constituída "de párias sociais, engaiolados em caixões de batatas", enfim, "uma lepra tremenda" (*Gazeta de Notícias*, 20/02/1910).

17- A crônica foi publicada, originalmente, no *Jornal do Brasil*, integrando posteriormente a coletânea *Mistérios do Rio*, cuja primeira edição é de 1924.

18 - Impossível não estabelecermos alguma relação com as visões românticas e/ou enaltecida das favelas ou da população pobre que nela habita, veiculadas em músicas que atravessam os séculos XX e chegam ao XXI, como por exemplo, "Chão de estrelas", de Sílvio Caldas e Orestes Barbosa (1935) e "Eta povo pra lutar" de Zeca Pagodinho (2008).

## Fontes

AZEVEDO, Aluísio. Casa de cômodos. In: *O touro negro* (crônicas e epistolário). Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia., 1944 (2ª ed.), p. 55-63.

BARBOSA, Orestes. *Bambambã!* Rio de Janeiro: SMC/DGDIC/DE, 1993 (2ª ed.).

COELHO NETTO. *Bilhetes postais*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: SMC/DGDIC/DE, 1995.

JOÃO DO RIO. *A alma encantadora das ruas*, RJ, Sec. Mun. De Cult., DGDIC, 1987.

\_\_\_\_\_. *Vida vertiginosa*. Paris: Garnier. 1911.

LIMA BARRETO. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. São Paulo: Ática, 1984 (1ª ed. 1909).

\_\_\_\_\_. Triste fim de Policarpo Quaresma. *Lima Barreto. Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p. 259-411.

\_\_\_\_\_. Clara dos Anjos. *Lima Barreto. Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p. 635-748.

## Referências Bibliográficas

ABREU Esteves, Martha. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

BELCHIOR, Pedro. *Tristes subúrbios: literatura, cidade e memória na experiência de Lima Barreto (1881-1922)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: Vários. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (4ª ed.), Vol. II.

ENGEL, Magali Gouveia. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio. *Tempo*: Departamento de História-UFF, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 3, p. 53-78. Jul. 2004.

MATTOS, Rômulo C. Os “trágicos asilos da miséria”: habitações populares e literatura na *Belle Époque* carioca. *Revista do Mestrado em História*. Vassouras, v. 12, n. 1, p. 55-70, jan./jun. 2010.

MOTTA, Marly Silva da. O “Hércules da prefeitura” e o “demolidor do Castelo”: o Executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro. In: Oliveira, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 194-211. 2002.

NEVES, Margarida de Souza. O povo na rua: um “conto de duas cidades”. In: Pechman, Robert Moses (org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, p. 135-155. 1994.

Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. *Planos urbanos. Rio de Janeiro. O século XIX*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

Recebido em 01/04/2013

